

**GESTORES E AGENTES SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER NA BAIXADA
MARANHENSE: um estudo dos recursos humanos para o Sistema Nacional
de Esporte e Lazer**

Silvana Martins de Araújo

Mestre em Educação. Coordenadora REDE CEDES/UFMA

Maria Aparecida de A. C. Mota

Especialista. Integrante da REDE CEDES/UFMA

Marileide Moura dos Santos Silva

Especialista. Integrante da REDE CEDES/UFMA

Maria do Socorro P. de Carvalho

Integrante da REDE CEDES/UFMA

Órgão financiador: MCT/FINEP/ME

RESUMO

Este artigo refere-se a um projeto de pesquisa em desenvolvimento pelo Núcleo/UFMA do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (REDE CEDES), financiado pelo MCT/FINEP/ME. Investiga o perfil dos sujeitos responsáveis pelo gerenciamento e execução direta das políticas públicas de esporte e lazer em dez municípios da baixada maranhense. Serão utilizadas entrevistas semi-estruturadas, aplicadas aos gestores públicos municipais e questionários aos agentes sociais de alguns segmentos da sociedade. Encontra-se na fase de pesquisa bibliográfica e das primeiras visitas ao campo. A conclusão será em 2008, quando apresentar-se-á o relatório final.

Palavras-chave: Recursos Humanos, Esporte, Lazer, Políticas Públicas

ABSTRACT

This article is related to a project of research in development for the Nucleus/UFMA of the Center of Development of the Recreative Sport and the Leisure (CEDES NET), financed by the MCT/FINEP/ME. It investigates the profile of the responsible citizens for the management and direct execution of the public politics of sport and leisure in ten cities of the lowered area of Maranhão. There will be used half-structuralized interviews, applied to the municipal public managers and questionnaires to the social agents of some segments of the society. It is in the phase of the bibliographical research and the first visits to the field. The conclusion will be in 2008, when the final report will be presented.

Keywords: Human resources, Sport, Leisure, Public Politics.

RESUMEN

Este artículo se refiere a un proyecto de investigación en desenvolvimiento de Deporte Recreativo y de Entretenimiento (REDE CEDES), financiado por el MCT/FINEP/ME. Investiga el perfil de personas responsables por la gerencia y ejecución directa de políticas públicas de deporte y entretenimiento en diez municipios de la bajada maranhense. Utilizar las entrevistas semi estructuradas, aplicadas a los gestores públicos municipales y cuestionarios a los agentes sociales de algunos segmentos de la sociedad. Se encuentran en fase de investigación bibliográfica y de las primeras visitas al campo. La conclusión será en 2008, cuando se presente el relatorio final.

Palabras-claves: Recursos Humanos, Deporte, Entretenimiento, Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

O governo federal criou, em 1998, o Sistema Brasileiro do Esporte, que abrange o Ministério do Esporte, o Conselho Nacional do Esporte e o Sistema Nacional de Esporte, concebendo-o como objeto de política de estado.

Em 2004, o Ministério do Esporte promoveu a I Conferência Nacional do Esporte com o objetivo de se refletir sobre esporte e lazer como direitos sociais. Essa Conferência indicou os referenciais para a nova Política Nacional do Esporte, com ênfase na inclusão social, culminando com a resolução de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Na sequência, em maio de 2006, foi realizada a II Conferência Nacional, que apontou na sua temática “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer” a necessidade de se entender esse sistema como fundamental para unificar a ação dos envolvidos no desenvolvimento do esporte e do lazer em todo o território nacional.

Desse modo, a (re) construção de um Sistema de Esporte e Lazer no Brasil justifica-se pela necessidade de se articularem tanto os agentes públicos como os privados, nos diversos níveis da federação, envolvidos nas atividades de esporte e lazer, incluindo as distintas manifestações e dimensões do esporte, considerando que o atual Sistema contempla prioritariamente o esporte de rendimento.

Na organização do Sistema Nacional de Esporte e Lazer está prevista a construção de mecanismos de adesão dos municípios da federação, por meio da criação de sistemas estaduais e municipais definidos pelas políticas setoriais de esporte e lazer, o que pode representar melhor distribuição de recursos públicos e possível incremento do financiamento, para a área, nos três níveis de governo.

A formulação de políticas de atuação, nesse campo, significa compreendê-la no contexto mais amplo no qual essas políticas se inserem, não podendo ser tratada de forma isolada de outras questões sociais. Significa, também, considerar os principais elementos que compõem a política de esporte e lazer, entre eles: espaços, equipamentos, recursos humanos e política de animação.

No movimento de universalização e democratização do acesso ao esporte e ao lazer é necessário o envolvimento de muitos agentes, com diversas atribuições: dirigentes, animadores sócio-culturais, profissionais e voluntários, além do pessoal de apoio técnico, para auxiliar a população nas práticas esportivas e de lazer. No entanto, os gestores e agentes, na maioria das vezes, possuem baixo nível de escolaridade e/ou formação e qualificação inadequada para o exercício da função, o que compromete a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Vem se identificando como um dos principais problemas dos profissionais que atuam na área de esporte e lazer uma forte tradição na realização de atividades práticas, permeadas por uma visão parcial e limitada acerca da abrangência e do papel pedagógico do esporte e do lazer.

Portanto, a adoção do termo Agentes Comunitários de Esporte e Lazer, pelo Ministério do Esporte, para definir as pessoas que atuam na área, justificou-se pela ampliação do entendimento e da inclusão de vários trabalhadores que ocupam atividades diferentes na estrutura do sistema, apontando para o caráter multiprofissional e multidisciplinar/interdisciplinar, como condição fundamental para a execução de uma política de recursos humanos.

Assim, o foco desta pesquisa é um dos componentes das políticas públicas de Esporte e Lazer – a formação e o desenvolvimento de pessoal para atuação na área.

Sabe-se que o IBGE, recentemente (2006), em convênio com o Ministério do Esporte, lançou o Suplemento de Esporte 2003, um levantamento de dados estatísticos,

realizado em todos os municípios brasileiros, sobre a gestão municipal do esporte, contemplando a necessidade de um mapeamento para subsidiar a definição de políticas públicas setoriais.

Entre os dados da pesquisa do IBGE destacam-se aqueles relativos aos recursos humanos utilizados nas prefeituras municipais. Porém, ocorreram problemas na coleta de informações em relação ao pessoal ocupado na área do esporte, quanto ao entendimento acerca da função (administrativa, de apoio e técnica) e do nível de função (auxiliar, médio e superior), o que resultou em preenchimento incorreto do questionário. Isto ocorreu, sobretudo, pela dificuldade de diferenciação desses termos, considerando que função e nível de função não se vinculam, necessariamente, à escolaridade. Por exemplo, uma pessoa com curso superior pode exercer uma função de nível médio (ou vice-versa).

No Maranhão, a definição do perfil dos municípios assumiu um agravante, pois a maioria dos dados solicitados pelo IBGE foi considerada insuficiente e, por isso, ignorados, gerando dificuldades para os municípios na formulação de suas políticas específicas para o esporte e o lazer no processo de adesão ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Este fato justifica a pesquisa que está sendo desenvolvida pelo Núcleo da REDE CEDES/UFMA, cujo objetivo é investigar qual o perfil dos sujeitos responsáveis pelo gerenciamento e execução direta das políticas públicas de esporte e lazer em dez municípios da baixada maranhense.

A seleção desta micro-região, como área geográfica prioritária para execução do projeto, justifica-se pelo quadro de vulnerabilidade social a que está sujeita e por concentrar os menores índices de desenvolvimento humano do Estado, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano.

O resultado da pesquisa pode contribuir para a definição de políticas públicas em esporte e lazer nos municípios da baixada maranhense, possibilitando a sua adesão qualitativa ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer, através da definição de uma política pública específica de formação e qualificação dos recursos humanos, em ação cooperativa com a Universidade Federal do Maranhão.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O LAZER E SEUS PROFISSIONAIS

O lazer se apresenta, na contemporaneidade, como um direito a ser garantido a todas as camadas sociais. Especialmente no Brasil, um país marcado pelas dificuldades de implementação de políticas públicas em diversos setores, tais como: a educação, saúde, moradia, saneamento básico, alimentação, etc., o lazer ainda não se constitui objeto de políticas públicas efetivas em âmbito municipal, estadual e federal. Mesmo sendo alvo de preocupação individual e coletiva, e porque visto costumeiramente como mera ocupação para preencher tempo livre, ainda precisa ser reconhecido pelos poderes públicos como integrante dos direitos humanos necessários à melhoria da qualidade de vida.

Desde o advento do modo de produção atual, o lazer é concebido como mercadoria, ou mero entretenimento a ser consumido no tempo disponível, ou então como gerado historicamente na nossa sociedade, e que dela emerge, podendo na sua convivência gerar também, no plano cultural, valores questionadores da própria ordem estabelecida (Marcellino, 2001).

Todavia, as noções sobre lazer têm suas primeiras raízes na Antiguidade Clássica. Na sociedade greco-romana, por exemplo, o lazer representava uma regalia reservada a uma pequena parcela dos “homens livres” havendo, dessa forma, privilégios de classe. No entanto, mesmo sendo visto como algo nobre e acessível a uma minoria, era intensa a

participação de todos em práticas culturais diversas, tais como jogos, festas, divertimentos e outras comemorações sociais.

Na Idade Média, a idéia de divertimento também era compartilhada pelos diferentes setores que compunham a sociedade da época. Tanto o trabalho quanto os dias de festa apresentavam importância equivalente. Entretanto, na Idade Moderna essa relação começa a mudar. Com o advento do período industrial, Dumazedier (1979) ressalta que a necessidade de lazer cresceu ainda mais, impulsionada pela urbanização e a industrialização, o que representou um aspecto negativo quanto à possibilidade da sociedade vivenciar o tempo de lazer. Essa dificuldade residia no fato de a indústria impor um ritmo de trabalho aos seus operários, através da implantação da jornada de trabalho fixa.

Para que o lazer tivesse hoje suas dimensões ampliadas, foram essenciais alguns fatores de mudanças, como a diminuição das horas de trabalho e o conseqüente aumento do poder aquisitivo das classes assalariadas.

Frente a essa evolução, suscitada cada vez mais nas pessoas pela sua necessidade de lazer ao longo dos tempos, é imprescindível o entendimento sobre seu significado. Como se percebe, no decorrer da história, o conceito de lazer esteve incorporado ao descanso e ao divertimento desde os tempos mais antigos, fazendo-nos compreender que os valores continuam sendo preservados no seu processo de construção. Por isso, Marcellino (1996, p.03) afirma que “não se concebe, assim, o lazer na sua especificidade abstrata, o que quer dizer que seu entendimento não é estabelecido em si mesmo, ou de forma isolada, nessa ou naquela atividade, mas como um componente da cultura historicamente situada”.

Existem vários e diferentes conceitos para o lazer. Entendê-lo e conceituá-lo não é tarefa tão simples, pois há que ser compreendido no mais profundo significado do contexto em que possa estar inserido. Com isso, o lazer tem suas características e conceitos diferentes definidos conforme valores, modo de vida e cultura de cada sociedade. Dessa maneira, Dumazedier apud Requiza (1980, p.34) o define como:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de bom grado, seja para repousar, seja para se divertir, seja para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, depois de ter-se liberado de suas obrigações profissionais, familiares ou sociais.

A partir do entendimento do lazer e de sua importância frente ao papel que assume diante da sociedade, é necessário compreendê-lo ainda como dever do Estado, o qual deve favorecer gratuitamente ações que propiciem a qualidade de vida para a comunidade em geral, resgatando e construindo uma ordem social, em que o direito ao lazer seja de qualidade e acessível a todos. E mesmo reconhecido como um direito do cidadão e um dever do Estado, a realidade político-social brasileira exclui uma expressiva parte da população do acesso e da possibilidade de exercer, com dignidade e cidadania, as práticas sociais de lazer.

Para Camargo (1998, p.140),

“a consciência sobre a importância do lazer, como área específica do planejamento urbano é muito recente. Cristalizou-se no debate da Constituinte, entre 1986 e 1988. Assim, embora a grande maioria da população já se dê conta da existência da atividade, poucos sabem da necessidade de uma instância de formação”.

Considerando, pois, a amplitude que as questões relacionadas ao lazer adquiriram ao longo dos tempos, é cada vez maior o espaço para discussão e interesse envolvendo os

profissionais que trabalham na promoção desse direito social. Uma prova disso é a inclusão de disciplinas específicas à temática do lazer em alguns cursos de graduação - Educação Física, Turismo e Educação Artística - , bem como a criação de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação nessa área.

A respeito de tais cursos, Marcellino (1995) enfatiza que estes têm preparado seus profissionais com uma visão abstrata a respeito do lazer e destaca que as questões a este referentes devem ser vistas de forma bastante ampla, quer seja nos aspectos que envolvam seus conteúdos, nas atitudes e nos valores que o mesmo propicia, nas considerações sobre seus aspectos educativos, nas suas possibilidades como instrumento de mobilização e de participação cultural, quer nas barreiras socioculturais verificadas para seu efetivo exercício, tanto intraclasses como interclasses sociais.

Por outro lado, tais aspectos não podem restringir-se a uma disciplina, uma vez que suas características abrangem questões mais amplas. A contribuição de várias ciências se faz necessária, tanto em função dos princípios filosóficos que permearão tais questões, quanto pelos diferentes profissionais responsáveis pela promoção do lazer.

Igualmente necessária é a formação de um novo “especialista”. Um profissional que esteja engajado em equipes pluri e multidisciplinares, buscando desenvolver um trabalho interdisciplinar. Para Marcellino (1995), esse especialista não deve assumir uma postura tradicional, superficial e unidimensional, mas sim, apresentar uma postura que englobe uma visão de totalidade, que apresente compromisso com a mudança. Assim,

(...) para contemplar essa visão são exigidos pelo menos, dois requisitos: uma sólida cultura geral – que permita perceber os pontos de interseção entre a problemática do lazer e as demais dimensões da ação humana e a contribuição de outras áreas de ação/ investigação - e o exercício constante da reflexão. (MARCELLINO, 1995, p.21)

Pina (1995) considera essenciais alguns aspectos os quais devem caracterizar o profissional que atuará na área do lazer. Ou seja: é desejável que tenha uma formação, não necessariamente em curso superior, entretanto, a graduação universitária pode contribuir para sua capacitação profissional e seu melhor desempenho; deve ser uma pessoa muito bem informada e estar atualizada sobre o que ocorre em seu tempo, em seu lugar, em seu estado, em seu país e no mundo; apresentar um comportamento de interação com todo o grupo que o cerca, sejam estes pequenos ou grandes grupos, apresentando relacionamento positivo com os mesmos; estar sempre muito atualizado, social e culturalmente, com a sua comunidade e com seu grupo social; ser criativo, cooperativo, dedicado e muito comunicativo; estar permanentemente num processo de autoformação, buscando sempre instruções profissionais, novos conhecimentos e informações.

Convém ressaltar ainda que o processo de formação de gestores e profissionais de lazer estará diretamente relacionado, num âmbito geral, com as políticas setoriais promovidas por programas do governo e com as políticas sociais. Refere-se também à formação e desenvolvimento de quadros, profissionais e voluntários para exercerem um trabalho de forma eficiente e atualizada. Portanto, os itens acima apontados têm que estar integrados, e o desafio daí resultante direciona-se, sobretudo, aos órgãos gestores de políticas públicas nessa área. A esse respeito Marcellino (2003, p.14) declara:

No caso dos profissionais, os processos de recrutamento, seleção e desenvolvimento devem estar atrelados à área de atuação (lazer e esporte, em sentidos abrangentes), mas é fundamental a ênfase no significado do serviço público, nos valores que orientam a política geral de governo, nos que dão base de sustentação à política setorial da área, e na necessidade de articulação com as demais políticas setoriais.

Assim, pretende-se com este estudo reafirmar a necessidade de uma política setorial de esporte e lazer, no que tange aos gestores e agentes sociais na baixada maranhense, investigando as características principais da política de recursos humanos.

3. A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Este estudo consiste numa pesquisa quanti-qualitativa, cuja proposta metodológica será desenvolvida através da combinação de pesquisa bibliográfica e descritiva, com delineamento do tipo levantamento. Será desenvolvida em dez municípios da baixada maranhense: Arari, Cajari, Matinha, Olinda Nova do Maranhão, Palmerândia, Penalva, São Bento, Viana, São João Batista e São Vicente de Férrer, tendo como meta principal realizar um diagnóstico acerca dos recursos humanos envolvidos na gestão e execução das atividades de esporte e lazer.

A **pesquisa bibliográfica** abordará estudos referentes às políticas públicas de esporte e lazer, com o intuito de buscar fundamentação teórica sobre o objeto de estudo através de publicações, como: periódicos, livros, dissertações, teses e anais de eventos científicos sobre essa temática.

A **pesquisa de campo** irá coletar, *in locu*, dados relativos ao nível de escolaridade, formação profissional, critério de recrutamento e seleção, regime de contratação, competências/domínio de conhecimentos gerais e específicos, função exercida e principais características dos gestores e agentes sociais de esporte e lazer, através de visitas aos municípios.

Serão utilizados os seguintes instrumentos: **entrevistas semi-estruturadas**, aplicadas a 100% dos gestores públicos municipais (prefeitos, secretários e presidentes de fundações), responsáveis diretos pela execução das políticas públicas, e **questionários** aplicados a pelo menos 30% dos agentes sociais de esporte e lazer, representados pelos seguintes segmentos: ONG's; movimentos sociais e populares, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; trabalhadores (as); entidades administradoras do esporte; entidades de prática de esporte e lazer e comunidade (voluntários, atletas e ex-atletas).

Após a coleta e categorização dos dados, serão realizadas a organização, sistematização, análise e interpretação dos dados, para, em seguida, proceder-se a elaboração do relatório final da pesquisa. Dado ao seu caráter qualitativo, pretende-se retornar aos municípios investigados para apresentar os resultados através de seminários, encontros e reuniões técnicas.

4. CONCLUSÃO

O estudo encontra-se na fase de pesquisa bibliográfica sobre bases conceituais e epistemológicas do esporte e lazer com foco nos recursos humanos e também em estudos sobre os indicadores sócioeconômicos dos municípios envolvidos na investigação.

A pesquisa de campo está em fase exploratória e já foram construídas estratégias para aproximação da realidade e elaboração dos instrumentos (questionário e roteiro de entrevista).

Em abril de 2007, a equipe do projeto realizou as primeiras visitas aos dez municípios da baixada maranhense, participando de reuniões com gestores de esporte, educação, cultura e turismo e agentes responsáveis pelas atividades de esporte. Na ocasião, foram apresentados os objetivos da pesquisa e aplicados os instrumentos em caráter de pré-teste.

Como considerações preliminares aponta-se que, na maioria dos municípios, as atividades esportivas são realizadas por voluntários da comunidade ou promovidos pelas prefeituras como eventos esporádicos em datas comemorativas, sem um planejamento definido e em condições precárias. Detectou-se inserção mínima, quando não a ausência plena do poder público, o que demonstra que o esporte ainda não é tratado pelos gestores municipais como objeto de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Perfil dos Municípios Brasileiros/EspORTE2003**. IBGE. Ministério do Esporte e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro. 2006.

BRASIL. **Orientações para o debate dos eixos do sistema nacional de esporte e lazer**. Ministério do Esporte. Brasília: O ministério, 2006. p.28.

BRASIL. **I Fórum do sistema nacional do esporte e lazer**. Ministério do Esporte. Brasília: O ministério, 2006. p.28.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **A ação profissional no lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar**. Lazer: formação e atuação profissional Campinas, SP: PAPIRUS, 1995. p.13-22. (Coleção Fazer/Lazer).

_____. **Lazer e Esporte: políticas públicas**. São Paulo: Autores Associados, 2001. 188 p.

_____. **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. São Paulo: Autores Associados, 1996. 133p.

_____. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação física e esportes).

_____. **Formação e desenvolvimento em lazer e esportes**. Campinas, SP: Papyrus, 2003. p.09-17. (Coleção Fazer/Lazer).

PINA, Luís Wilson; MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Multiplicidade de profissionais e de funções**. Lazer: formação e atuação profissional. Campinas, SP: Papyrus, 1995. p.117-130. (Coleção Fazer/Lazer).

REQUIXA, Renato. **Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

Endereço das autoras:

Silvana Martins de Araujo
R. Minerva, Q. 27, Nº 9, Apt. 1402. Edifício Imperial Residence. Renascença II.
São Luís-MA. CEP: 65075-035
silvanaaraujo@elo.com.br

Maria Aparecida de A. C. Mota
R. Projetada, 234. Condomínio Gran Village I, Casa 45, Cohama.
São Luís-MA. CEP: 65073-285
cidaef@hotmail.com

Maria do Socorro Portela de Carvalho
R. Inácio Xavier, Nº 592, Edifício Sírius, Apt. 301. São Francisco.
São Luís-MA. CEP: 65076-360
socportela@yahoo.com.br

Marileide Moura dos Santos Silva
R. Independência, Q. 5, Casa 3. Ponta do Farol.
São Luís-MA CEP: 65077-180
marileidemoura@hotmail.com